

## Carta dos Editores

---

Flavio Gaitán e Francisco Duarte

Este número da revista Desenvolvimento em Debate apresenta artigos que, partindo de diversos enfoques teóricos e procedimentos metodológicos, analisam diversas políticas públicas setoriais.

O artigo que abre o volume, “Instituições, governança corporativa e desempenho econômico: uma análise comparativa”, de Leonardo Bispo de Jesus Júnior, Hamilton de Moura Ferreira Júnior, Uallace Moreira Lima e Mauro Borges Lemos, analisa a evolução da governança das grandes corporações norte-americanas no contexto da financeirização e apresenta, em particular, uma comparação com os modelos desenvolvidos por Japão e Coreia do Sul em seus processos de *catching up*. A análise parte da substituição da forma multidivisional clássica, baseada em “reter e reinvestir”, pelo modelo da Maximização do Valor para o Acionista (MVA), que prioriza a distribuição de dividendos e a valorização acionária de curto prazo. O autor demonstra que a adoção progressiva desse modelo nos países asiáticos, após processos de liberalização financeira, reduziu a autonomia estatal na formulação de políticas industriais, ainda que com intensidades distintas entre Japão e Coreia do Sul.

A análise faz uma contribuição para o campo dos estudos sobre políticas públicas e desenvolvimento está em evidenciar as tensões entre modelos de governança corporativa financeirizados e a capacidade estatal de implementar políticas industriais de longo prazo. Ao articular uma perspectiva histórico-comparada, o trabalho mostra que a difusão do modelo MVA não é neutra: implica restrições institucionais concretas ao espaço de políticas nacionais e à promoção da inovação. Dessa forma, oferece subsídios teóricos e empíricos para compreender como a financeirização corporativa impacta não apenas as empresas, mas também as estratégias de desenvolvimento econômico e a trajetória das economias tardias.

A seguir, a contribuição de Telma Ferreira Farias Teles Costa e Carlos Soares Barbosa, apresentam o artigo “Seletividade estatal para o desenvolvimento e a inovação: uma análise crítica sobre o financiamento público a partir do FNDCT”, uma análise da distribuição de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) entre 2013 e 2023, com base em pesquisa documental e qualitativa. A hipótese do trabalho defende que a direção e intensidade dos financiamentos revelam uma seletividade estatal de caráter classista, concentrando recursos em projetos alinhados a uma concepção empresarial de inovação, em detrimento de abordagens voltadas à equidade. O estudo mostra que, apesar da relevância histórica do Estado no fomento à inovação, a orientação recente das políticas reforça uma lógica de austeridade seletiva e de concentração de recursos, marginalizando iniciativas de caráter social e ampliando desigualdades estruturais.

O artigo demonstra como as escolhas de investimento não são neutras; onde, como e quanto investir obedece a decisões que não podem ser consideradas meramente técnicas, mas atravessadas por disputas de classe e narrativas hegemônicas que legitimam a captura de fundos públicos por interesses privados. Ao problematizar a governança do FNDCT e a financeirização do Estado, o estudo oferece subsídios para compreender os limites

democráticos das políticas de inovação e propõe caminhos para a construção de políticas públicas mais inclusivas e redistributivas.

Dando continuidade, o artigo, “Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil: fatores determinantes e diferenças em domicílios urbanos e rurais”, de Otoniel Rodrigues Dos Anjos Junior, Juliane da Silva Ciríaco, Sandro Pereira Silva, Julyan Gleyvison Machado Gouveia Lins e Cinthia Barbosa Sousa, analisa a prevalência e os condicionantes da insegurança alimentar e nutricional no Brasil a partir dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar Contínua de 2023. Utilizando modelos logit multinomiais, os autores demonstram que variáveis como renda per capita, escolaridade do chefe do domicílio e cor/raça influenciam de forma significativa a probabilidade de ocorrência de insegurança alimentar e nutricional, ao passo que lares monoparentais chefiados por mulheres e com maior número de crianças enfrentam maiores níveis de privação alimentar. O estudo mostra ainda que, embora as condições socioeconômicas sejam mais precárias no meio rural, a insegurança alimentar severa tende a se apresentar de forma relativamente mais branda em comparação às áreas urbanas, devido a fatores como autoconsumo, menores custos de vida e redes de reciprocidade comunitária.

O trabalho tem o mérito de evidenciar a complexidade e a heterogeneidade territorial da insegurança alimentar no Brasil partindo de um paradoxo: a fome de milhares de pessoas em um país que é um dos maiores produtores agrícolas do mundo. Ao articular análises estatísticas robustas com interpretações sociopolíticas, o trabalho revela que o enfrentamento da fome exige políticas públicas multifacetadas, que considerem desigualdades de gênero, raça, renda, composição domiciliar e disparidades regionais. O estudo pode ser caracterizado como *policy oriented*; fornece evidências empíricas atualizadas para orientar ações governamentais de combate à fome e promoção da segurança alimentar, ressaltando a importância de integrar programas de transferência de renda, apoio à agricultura familiar e políticas educacionais no enfrentamento das múltiplas dimensões da insegurança alimentar e nutricional.

O artigo seguinte, “Construção da marca coletiva Sabor Serrano: interfaces entre agroindústria familiar e o enfoque da cesta de bens e serviços territoriais”, de Leonardo de Souza, Andréia Tecchio, Valério Turnes e Ademir Cazella, analisa a experiência da Serra Catarinense em torno da criação e operacionalização de uma marca coletiva como instrumento de valorização territorial e inclusão produtiva. A partir do enfoque teórico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, os autores demonstram como a cooperação intermunicipal permitiu a formalização de agroindústrias familiares, o acesso a mercados regulados e a circulação de mais de setecentos produtos com selo coletivo. O estudo identifica também os limites da iniciativa, em especial no que diz respeito à governança territorial, ainda concentrada nos serviços públicos do consórcio e pouco permeável à participação de organizações sociais.

O trabalho contribui na análise do papel dos arranjos institucionais inovadores, como os consórcios intermunicipais, na mediação de processos de certificação, regulação e valorização de recursos territoriais. Assim, os autores salientam a potencialidade das marcas coletivas como ferramentas de política pública voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável, ao mesmo tempo em que problematiza os desafios de democratizar a governança e fortalecer a ancoragem social da marca. Ao fazê-lo, oferece subsídios analíticos para compreender a articulação entre Estado, atores locais e estratégias de desenvolvimento baseadas na identidade territorial.

Na esteira da discussão sobre a importância dos territórios e as práticas associativas, Dhiogo Corrêa da Costa, Liliane Cristine Schlemer Alcântara e Luciane Cristina Ribeiro dos Santos, autores do artigo “COOPAVAM: Práticas de sustentabilidade no contexto do Bem Viver”, apresentam uma análise da trajetória da Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer, localizada em Juruena (MT), como experiência exemplar de práticas sustentáveis orientadas pela filosofia do Bem Viver. A pesquisa, de caráter qualitativo, utilizou entrevistas, matriz de indicadores e análise do discurso para identificar como os princípios cooperativistas se articulam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os resultados apontam que a cooperativa promove não apenas a geração de renda e trabalho digno, mas também o protagonismo feminino, a participação social e a preservação ambiental, constituindo-se em alternativa concreta ao modelo convencional de desenvolvimento.

O trabalho concluiu que tanto o cooperativismo quanto o Bem Viver compartilham valores fundamentais que priorizam a vida digna, a sustentabilidade e a coletividade, criando alternativas viáveis ao modelo de desenvolvimento convencional. Dessa forma, contribui para ampliar o debate acadêmico sobre desenvolvimento, evidenciando a viabilidade de modelos alternativos baseados na justiça social, na diversidade cultural e no equilíbrio ambiental. Nesse sentido, os autores afirmam que a cooperativa incorpora diversos aspectos da sustentabilidade na perspectiva pós-desenvolvimentista, afastando-se da lógica produtivista e reforçando práticas de relação com a natureza e com a economia solidária.

Na sequência, Paula Fernandez, Alisson Vinicius Silva Ferreira, Laura Fortes e Bianca Petermann Stoeckl, assinam o artigo “Reconhecimento de diplomas no Brasil: alcances, problemas e desafios em uma universidade brasileira de fronteira”, uma análise da experiência da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) diante da crescente demanda por revalidação e reconhecimento de títulos estrangeiros. A partir de levantamento documental e análise e contextualiza o processo no âmbito das normativas brasileiras e latino-americanas, ressaltando os avanços institucionais da UNILA, incluindo aprovação recente de normativas internas que regulam a revalidação e o reconhecimento de diplomas.

Considerando que a universidade analisada se localiza em uma região de fronteira e tem um caráter de promoção da integração latino-americana, o artigo contribui a problematizar como universidades de alcance internacional, situadas em contextos fronteiriços, podem funcionar como espaços de inovação institucional na área da educação superior. De um lado, o artigo articula dimensões jurídicas, políticas e sociais, evidenciando o reconhecimento de diplomas como estratégia de inclusão, integração regional e valorização da diversidade acadêmica. Ao mesmo tempo, aponta para os desafios de consolidar políticas efetivas de reconhecimento em escala nacional, destacando o papel das universidades como atores centrais no fortalecimento da internacionalização e da justiça social na educação.

Por fim, o artigo “Desenvolvimento de políticas públicas com participação da sociedade na perspectiva de Oscar Oszlak e Celso Furtado”, Luiz Messias Neto e João Henrique Zanelatto, analisa as contribuições desses dois importantes pensadores latino-americanos para o debate contemporâneo sobre políticas públicas. A partir de uma pesquisa bibliográfica, os autores ressaltam que tanto Oszlak quanto Furtado convergem na defesa de um Estado orientado ao bem-estar social e ao atendimento das demandas coletivas, destacando a necessidade de ampliar os mecanismos de participação da sociedade civil na formulação e implementação das políticas. O estudo mostra que, para além de suas

dimensões econômicas, o desenvolvimento deve incorporar aspectos sociais e democráticos, considerando as transformações históricas, regionais e institucionais do Brasil contemporâneo.

A principal contribuição do trabalho para os estudos de políticas públicas e desenvolvimento está em resgatar e atualizar o pensamento de dois intelectuais que provêm de diversos campos disciplinares (Oszlak da Ciência Política, Furtado da Economia), articulando seus trabalhos para tentar compreender os desafios da governança participativa. O artigo evidencia que a construção de políticas mais justas e eficazes depende da capacidade do Estado em articular técnicas de planejamento com abertura democrática, de modo a integrar demandas sociais e reduzir desigualdades estruturais. Ao fazê-lo, oferece bases teóricas e diretrizes práticas para fortalecer experiências de participação, transparência e equidade, contribuindo para o avanço das pesquisas sobre desenvolvimento e para o aprimoramento das políticas públicas no Brasil.

Em conjunto, os artigos reafirmam a relevância de articular teoria e prática no campo das políticas públicas e desenvolvimento, destacando tanto a centralidade do Estado quanto o papel transformador das organizações sociais, das universidades, do cooperativismo e de arranjos institucionais inovadores. O volume se encaixa, assim, no compromisso da *Desenvolvimento em Debate* com o debate acadêmico que oriente reflexões críticas sobre os rumos do desenvolvimento no Brasil e em *Nossa América*.

Boa leitura!